



5 maneiras para manter a mobilização pela aprovação do PL 6613/2009.

1

“PL6613/09 Já!” vira adesivo de carro



Um adesivo de carro com a inscrição “PL6613/09 já!”, não temos tempo a perder” está fazendo o maior sucesso entre os servidores do Poder Judiciário. Essa tem sido mais uma forma de dar visibilidade a nossa luta e de fortalecer o nosso movimento, que, graças ao empenho de todos, está sendo ampliado a cada semana.

Como “não temos tempo a perder”, é importante que você coloque imediatamente o adesivo no seu carro também. Ainda não tem? Ligue para o Sindjus no 3212 2613, ou mande-nos um email ou ainda verifique se o delegado sindical do seu setor já dispõe desse material... o importante é que você faça uso dele hoje mesmo. São pequenos gestos como esse que conferem identidade ao nosso movimento e vão garantir o sucesso da nossa luta.

2

Exigir explicações Lei de Acesso à Informação? Nós também queremos saber

Recentemente, o Palácio do Planalto editou a Lei de Acesso à Informação. Essa medida proporciona a divulgação nominal dos nossos contracheques. No entanto, essa lei precisa ser de mão-dupla. Nós também temos o direito de saber o que se passa dentro dos Palácios, principalmente nas conversas que dizem respeito a nossa carreira.

Dessa forma, vamos solicitar informações sobre a negociação em andamento entre as cúpulas do Executivo e do Judiciário. O ministro Ayres Britto não divulga nada sobre essas conversas. A presidenta Dilma também não. Vamos fazer uso da Lei de Acesso à Informação para buscar detalhes sobre essas conversas que dizem respeito ao PL 6613/09.

Clique aqui para acessar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e solicitar informações sobre a negociação do PL 6613/09. O objetivo é encher esse caixa de email...

<http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/sic/como-pedir.asp>



Envie carta eletrônica aos membros da CMO

A CFT aprovou na reunião do dia 27 a emenda nº 01/12 ao Projeto de Lei nº 003 de 2012-CN (LDO), assinada pelos deputados João Dado, Aelton Freitas e José Humberto e que trata da regulamentação da autonomia constitucional orçamentária e financeira do Poder Judiciário e do MPU. A emenda será encaminhada à apreciação da Comissão Mista de Orçamento.

Além de pressionar os membros da CFT pela aprovação do PL 6613/09, você poderá, por meio do envio de uma carta eletrônica, pressionar os membros da CMO pela aprovação dessa emenda, que impede que o Poder Judiciário e o MPU fiquem reféns do Poder Executivo no que diz respeito às questões orçamentárias.

Acesso nosso site e envie essa carta e contribua para que o Executivo não volte a interferir no nosso orçamento.



Participar da CFT, quarta, às 10h. Dado diz que PL 6613/09 estará na pauta da próxima reunião da CFT

Na manhã de hoje (27), o deputado João Dado (PDT-SP), relator do nosso PCCR, informou que o presidente da CFT, deputado Antônio Andrade (PMDB-MG), segundo conversa realizada ontem, garantiu pautar o relatório do PL 6613/09 na reunião da próxima quarta-feira, dia 4 de julho. Em relação ao seu relatório, o deputado explicou que o conteúdo não define a forma de implementação (pagamento) porque isso vai depender das negociações entre a cúpula do Judiciário e o governo federal.

Dado disse que durante a reunião com o presidente do STF, ministro Ayres Britto, na última segunda-feira (25), apresentou o conteúdo do seu relatório, que foi bem recebido pelo chefe do Poder Judiciário. "Expliquei ao ministro que sugerimos saídas para vários cenários, a depender das negociações. O ministro Ayres me agradeceu por apresentar um relatório que permite as negociações com base no equilíbrio e na independência entre os poderes. A audiência foi num clima bastante cordial", explicou João Dado.



Pare por 48h na primeira semana de julho

Nos dias 04 (quarta) e 05 (quinta) de julho, conforme aprovado em assembleia, paralise suas atividades participando dos nossos piquetes e atos pela aprovação do PL 6613/09. O nosso movimento vem crescendo paralisação a paralisação, semana a semana, ato a ato e, desta vez, com a sua participação, não será diferente. Vista a camisa pela aprovação do nosso PCCR e abrace essa luta que vem unindo servidores dos mais variados cargos e locais de trabalho.

A nossa mobilização vem conseguindo forçar a negociação entre os Três Poderes e pressionar os parlamentares da CFT. Até mesmo a grande imprensa tem divulgado o nosso barulho. Estamos no caminho certo. Converse com seus colegas de trabalho e nos ajude na preparação dessa paralisação de 48h. Paralise suas atividades e peça o apoio do seu chefe ou do juiz do seu setor para que todos os prazos administrativos e judiciais sejam suspensos durante os dias 04 e 05 de julho. Acesse o nosso site para imprimir o abaixo-assinado com esse pedido!